

Grupo de Trabalho 3: MEDIAÇÃO, CIRCULAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E MÚLTIPLAS LINGUAGENS

INFORMATION MEDIATION AND MULTIPLE LANGUAGES

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Universidade Estadual de Londrina / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho, *Campus* de Marília
e-mail: ofaj@ofaj.com.br

Resumo

O projeto de pesquisa Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens, ainda não concluído, possibilita, no momento, a veiculação de resultados parciais. Entre eles, destacam-se a própria conceituação de mediação da informação – mesmo que de forma embrionária –; a distinção entre mediação implícita e explícita – oriunda da concepção de que a mediação da informação envolve e determina todo o fazer do profissional da informação –; a presença, no conceito, da concepção de interferência e de apropriação; a idéia de mediação pré-questão e pós-questão; a concepção de informação como efêmera, dependente do sujeito – embora interferindo sobre ele –, fluida e causadora de inquietações e de dúvidas; com base nessa concepção de informação, o trabalho do profissional da informação tem como essência uma quase-informação ou, como passamos a denominá-la, proto-informação; e a proposta de direcionarmos nossas discussões sobre a mediação da informação como objeto da área da Ciência da Informação.

Palavras-chave

Mediação da informação; Informação; Leitura informacional; Interferência.

Abstract

The research project Information Mediation and Multiple Languages, still not concluded, enables, in the moment, the dissemination of partial results. Between them, detach to own information mediation conceptualization – even though of embryonic form –; the distinction between explicit and implicit mediation – arising from of the information mediation conception involves and determines all do of information professional –; the presence, in the concept, of interference and appropriation conception; the pre-question mediation idea and pos-question; the information conception as ephemera, dependent of individual –, though interfering about him –, fluid and cause of uneasiness and doubts; on the basis that information conception, the work of information professional has like essence a almost-information or, as we pass name her, proto-information; and the proposal of we will direction our arguments about information mediation like object the area of Information Science.

Keywords

Information Mediation; Information; Informational Lecture; Interference.

Considerações iniciais

O Grupo *Interfaces: Informação e Conhecimento* tem como interesse básico pesquisar e discutir aspectos da área de Ciência da Informação (CI) voltados para mediação da informação. Para atender a esse propósito, vários projetos foram desenvolvidos abordando segmentos da mediação da informação ou buscando analisá-la de maneira mais ampla. Embora constituído de docentes, pesquisadores e alunos pertencentes ou oriundos de cursos de Biblioteconomia, o Grupo tem norteado suas ações para os profissionais da informação, incluídos nessa categoria os bibliotecários, os arquivistas e os museólogos.

Os projetos originaram conceitos básicos, embora embrionários, no âmbito da mediação da informação. No entanto, causaram, como esperado, inquietações e questionamentos não só no âmago do tema em si, como também nas fronteiras – a cada momento menos definidas – com áreas próximas.

Inquietações e questionamentos são inevitáveis em qualquer pesquisa, emprenhando os resultados dela de vazios, brancos, vácuos. Indagações preenchem as entrelinhas das afirmações e das certezas.

Nenhuma pesquisa finda nas conclusões. Todas elas, conclusões, são parciais e nos arrastam para novas reflexões, novas buscas por responder às interrogações suscitadas.

O último desses projetos *Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens*, embora ainda com algumas disseminações pendentes – e acompanhando, em especial, o projeto anterior a ele –, suscita e provoca várias indagações. Durante seu desenvolvimento, nos defrontamos com a necessidade de responder, ao menos de maneira inicial, a questões presentes em aspectos básicos do tema ao qual direcionamos nossos estudos. Entre os questionamentos, alguns se impuseram como prioritários, pois implicam mudança de direcionamento no olhar e no foco do objeto de estudo.

Objetivo da pesquisa

O principal objetivo da pesquisa foi o de analisar a mediação da informação, não só no âmbito de sua relação mais estreita com a disseminação e a transferência da informação, mas, também, e principalmente, entendida como base determinante do fazer do profissional da informação e as implicações que sobre ela incidem o trabalho e o conhecimento de outras linguagens presentes nas várias mídias informacionais.

Metodologia

A pesquisa partiu de um amplo levantamento de literatura, identificando materiais que contribuíssem com o tema enfocado. Preferencialmente, os textos estavam centrados ou com interesse na atuação dos equipamentos informacionais.

A expressão equipamentos informacionais foi por nós sugerido como alternativa à forma comumente utilizada na literatura para se referir aos locais em que a informação tem caráter prioritário nas ações neles desenvolvidas. Empregam-se unidades de informação para designar tais espaços. A idéia de unidade, mesmo entendida com a concepção de parte, de segmento, remete-nos, salvo melhor juízo, a

um entendimento de exclusão ou, ao menos, de isolamento, característica esta que não se coaduna com as propostas ideais desses espaços. A palavra equipamento, ao contrário, possibilita inferir as relações não somente próximas, mas “intestinais”, presentes no universo informacional e nos locais que atuam, de várias formas, com a informação.

Sendo teórica, bibliográfica e documental, a pesquisa, além da leitura, da análise e do fichamento dos materiais selecionados, procurou suscitar debates, discussões e reflexão nos membros do Grupo de Pesquisa. Com o resultado de tais debates, houve retorno à literatura, identificando-se tópicos não de todo assimilados ou cuja contribuição não tenha sido vislumbrada quando da primeira leitura.

Mediação da informação e múltiplas linguagens

Todos os resultados de pesquisas, como dito, não são conclusivos, ou melhor, apresentam verdade momentânea, passível de modificações a partir de outras reflexões e discussões. Não são conclusivos porque não se finalizam: deixam brechas, arestas, flancos abertos pelos quais as novidades e os pensares diferenciados penetram, impondo ou persuadindo, pela evidência, lógica e coerência dos argumentos, formas inovadoras de olhar o objeto, o fenômeno analisado.

Os projetos de pesquisa, quase sempre, possuem tempo determinado para se concretizar. Esse período, padrão nos espaços acadêmicos, além de determinado pelas agências de fomento como forma de controle, não corresponde às necessidades de boa parte dos projetos. Para alguns desses, o tempo é satisfatório, encerrando-se antes mesmo do prazo final. Outros, no entanto – e o contato com vários pesquisadores nos permite afirmar que na maioria dos casos –, têm esse tempo como inadequado e aquém das exigências que as ações da pesquisa fazem surgir. A solução encontrada é a de submeter novo projeto, abordando aspectos próximos ao investigado no projeto recém-findo.

Os resultados apresentados a seguir, assim, devem ser considerados como parciais, como suporte e sustentação para outras análises, e não como definitivos.

Mediação da informação

O cerne dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa antes apresentado foi a mediação da informação. Apesar de ultimamente ser muito citada na literatura especializada da área, a mediação da informação não possuía conceito específico que respondesse aos questionamentos surgidos no decorrer dos projetos de pesquisa que tinham a mediação da informação como objeto.

Como em muitos outros casos os textos sobre o tema – ou que, de alguma maneira, o abordam – consideram seu conceito intuitivamente assimilado, apreendido e compreendido. Na verdade, parte-se da idéia de que é desnecessário conceituar a mediação da informação, como também o é, por exemplo, a informação pública e outros tantos temas da área.

Numa conceituação implícita, proveniente da intuição, na concepção da maioria dos que escrevem e estudam o tema, a mediação da informação passa a fazer parte do discurso dos profissionais da informação, mas sem que embase suas práticas.

Ao contrário: estas são dissociadas da teoria, uma vez que não está ela, teoria, articulada, organizada, sistematizada e explicitada.

O senso comum dos profissionais da área identifica a mediação da informação com a imagem de uma ponte. Esta, como aquela, permite a relação entre dois pontos que, de alguma forma, estão impedidos de interagir por obstáculos e empecilhos.

A imagem da ponte parece-nos inapropriada, em especial porque apresenta a idéia de algo estático, que leva alguma coisa de um ponto a outro ponto, sendo estes predeterminados e fixos, e sem interferir no trajeto, no modo de caminhar e no final do percurso.

Embasada por essas concepções, a pesquisa conceituou, ainda de maneira embrionária, a mediação da informação como

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Abarcando todo o fazer do profissional da informação – desde o armazenamento até a disseminação – tal mediação passa a se constituir não como coadjuvante no âmbito da CI, mas interferindo em seu próprio objeto.

De maneira empírica, a mediação da informação é entendida apenas como vinculada ao Serviço de Referência e Informação ou, de forma mais específica, aos espaços e ações que visam ao atendimento do usuário. O início de nossos estudos sobre o tema partiu dessa concepção que, evidentemente, mostrou-se incoerente com as reflexões suscitadas pelo desenvolvimento da pesquisa.

Vale lembrar que empregamos o termo usuário ao invés de cliente – este último apregoado e aceito pela área – acompanhando a posição de Lunardelli. Em texto sobre o tema, ano 2004, a autora, valendo-se de concepções da lingüística, afirma que o termo cliente se reveste de uma idéia de passividade, enquanto usuário – ao contrário do afirmado na área – carrega em seu bojo concepção de atividade e de participação.

Mediação implícita e explícita

Defendemos que a mediação está presente em todos os fazeres do profissional da informação. Em algumas ações, no entanto, a mediação está presente de forma implícita, muito embora dirigindo e norteadando todas as atividades ali desenvolvidas. O armazenamento de informações é alimentado a partir de interesses e demandas dos usuários. A política de seleção, amplamente discutida no desenvolvimento de coleções, tem o usuário final como base de sustentação. O mesmo se dá com os trabalhos de processamento das informações: têm suas ações voltadas para a recuperação de informações que atendam e satisfaçam necessidades dos usuários.

É inconcebível a idéia de trabalhos não voltados para o atendimento de necessidades informacionais. Tais trabalhos seriam vazios e desprovidos de objetivos.

Esse, entre outros fatores, tornou possível (e quase inevitável) a distinção da mediação entre implícita e explícita. A primeira, a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a

presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.

Partindo do fato de que o acesso aos equipamentos informacionais é hoje possível tanto de maneira presencial quanto a distância, sentimos a necessidade em distinguir a mediação realizada em cada uma delas. Assim, surgiram os conceitos de mediação pré-questão e mediação pós-questão, que serão mais bem estudados em novo projeto que iniciamos ao final de 2008.

Outro aspecto que pretendemos aprofundar diz respeito aos conceitos de mediação implícita e explícita. Além das idéias já salientadas, estamos sendo levados a dividir o que agora chamamos de mediação explícita em dois momentos: um explícito e outro implícito. O primeiro compreenderia as ações desenvolvidas de maneira consciente e tendo como base os conhecimentos que dominamos e o exteriorizamos com razoável controle. O segundo abarcaria as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes. Toda ação se constitui da junção desses conhecimentos amalgamando a mediação da informação com ações controláveis e não controláveis. A mediação explícita-explícita e a mediação explícita-implícita – por falta, ainda, de denominações melhores – impediriam controle do sujeito mediador, criando condições para que a interferência – como veremos a seguir – possa se tornar, mesmo que contrariando intenções, em manipulação.

A idéia de neutralidade, tanto do mediador como do processo de mediação, torna-se claramente inapropriada e o momento da relação/interação profissional da informação x usuário é estruturado não como algo estanque e fracionado no tempo, mas envolvendo os personagens como um todo, os conhecimentos conscientes e inconscientes, e o entorno social, político, econômico e cultural em que estão imersos. A mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo.

Interferência

No conceito de mediação da informação, destaca-se a afirmação de que é ela uma interferência. Em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade do profissional da informação no exercício de seu trabalho, defendemos a existência da interferência. É ela constante e indissociada do fazer do profissional da informação.

A imparcialidade e a neutralidade, embora procuradas, não se concretizam, pois o profissional da informação atua como matéria-prima que, por si, não é neutra. A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, etc.

A interferência não deve ser negada, mas, sim, explicitada, afirmada, tornada consciente para que, criticamente, o profissional possa lidar com ela de maneira a amenizar / minimizar possíveis problemas que dela decorram.

Há uma linha tênue entre interferência e manipulação. A consciência de sua existência, bem como da realidade da interferência, permite não a eliminação da manipulação, mas a diminuição de seus riscos e de suas conseqüências.

Objeto da área de Ciência da Informação

Outro ponto importante evidenciado entre os resultados da pesquisa, diz respeito à proposta de modificação do objeto da Ciência da Informação. Hoje, a informação é aceita como sendo esse objeto. Para muitos, a informação registrada. Defendemos que esse objeto deva ser reconsiderado e a informação ser trocada pela mediação da informação. Assim, o objeto da CI passaria a ser a mediação da informação.

Muitos foram os motivos que nortearam as reflexões para a proposta de alteração do objeto da área. Em especial, é possível salientar as atividades culturais desenvolvidas nas bibliotecas. Estas compreenderiam, entre outras, apresentação de vídeos, peças teatrais, contação de história, espetáculos musicais, palestras, debates, etc.

A partir da informação registrada como objeto da área, as atividades culturais devem ser desconsideradas das ações e do fazer do profissional bibliotecário, pois elas têm por característica a efemeridade e não são passíveis de recuperação. Se registradas, tais atividades concretizam-se noutro tipo de suporte. Por exemplo: uma atividade teatral, se filmada, deixa de ser teatro para se tornar filme. Do mesmo modo, uma contação de história, se fotografada, filmada ou gravada sonoramente, perde a interação existente quando de sua realização.

Em texto publicado em 2004, explicitávamos nosso entendimento sobre o assunto:

Defendemos, no entanto, que tais atividades fazem parte do objeto de interesse, bem como devem estar presentes no fazer dos profissionais. Isso se deve, acreditamos, pelo fato de que, partindo da idéia do objeto da área ser a informação, não importa a forma como ela será veiculada, mas a possibilidade de que seja ela apropriada pelos usuários. Assim, quando a biblioteca pública organiza atividades culturais e veicula para a população quando serão elas realizadas, está ela permitindo e possibilitando a relação dos usuários, ainda que maneira transitória, com a informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004).

Outro motivo para a alteração do objeto da área, prende-se às informações eletrônicas. Estas, a exemplo das atividades culturais, também são, em essência, efêmeras. Em sua maioria, as informações veiculadas na internet, por exemplo, desaparecem, são excluídas ou alteradas em pouco tempo após ter sido disponibilizada para acesso. Sua recuperação depende de vários aspectos, não necessariamente afetos aos que a criaram ou aos que a veicularam.

O crescimento da preocupação com a preservação digital atesta as características diferenciadas da informação digital. O mesmo ocorre – e não recentemente – com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para documentos em formato eletrônicos. Para ser referenciado, um documento eletrônico exige de quem o consultou a inclusão do endereço e a data em que foi ele localizado e acessado.

No mesmo texto anterior, sobre as informações eletrônicas, afirmávamos que

As informações veiculadas pela internet, por exemplo, têm como característica a efemeridade, a transitoriedade. Lógico que podem ser elas permanentes, mas não há, nem deve haver a exigência da efetividade, da permanência, da eternidade. A informação recuperada hoje pode não o ser amanhã ou, mesmo, algumas horas mais tarde. O caráter dinâmico da internet – e de sua linguagem específica como mídia diferenciada – pede um outro processamento, uma outra forma de tratamento. Estas, não podem ser rígidas e controladoras, como atualmente são as ferramentas e os processos empregados pela área para lidar com a informação. Sendo efêmeras, não podem ser recuperadas a qualquer momento, como os suportes tradicionais empregados pelos profissionais para veicular a informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004).

Se todo fazer do profissional da informação é voltado para a mediação – quer implícita, quer explícita – considerarmos a mediação da informação como objeto da área é um encaminhamento lógico e natural.

Apesar de depender de discussões e debates mais aprofundados, nossa pesquisa se embasou na concepção de que o objeto da área – ou seu núcleo epistemológico – deve ser entendido como sendo não a informação registrada, mas a mediação da informação.

Sociedade da informação? Sociedade do conhecimento?

Outro ponto importante dentro das concepções sugeridas pela pesquisa, volta-se para o entendimento da não existência da assim chamada sociedade do conhecimento ou sociedade da informação. Os autores que abordam o tema costumam, em boa parte das vezes, lidar com esses termos como se fossem sinônimos e representassem a mesma coisa. Seria melhor empregar sociedade da informação e do conhecimento. Acompanhando Duarte (2003), vivemos em uma sociedade capitalista, que se utiliza de eufemismos para acobertar a estrutura exploradora em que se sustenta e desviar as discussões, levando-as a concentrar seus interesses na superficialidade e não no âmago do problema.

Duarte (2003, 2006) questiona se estamos sob a égide da sociedade do conhecimento ou se sob uma sociedade da ilusão. Optando pela segunda, aponta algumas ilusões presentes na sociedade do conhecimento. A primeira seria a afirmação de que há enorme ampliação da democratização da informação e do conhecimento na sociedade, permitindo o acesso de todos não só ao ferramental, aos equipamentos, aos instrumentos, aos novos suportes, como também aos conteúdos por eles veiculados. A democratização da informação através das tecnologias de informação e

de comunicação (TIC) é falsa e se constitui, na visão do autor e que acompanhamos, em uma das ilusões da sociedade do conhecimento.

A sociedade capitalista, é importante que se ressalte, vive um novo momento, passa por mudanças, embora preservando seus alicerces. Adaptando-se e cooptando situações novas e fora, inicialmente, de seu controle, no panorama atual calca-se no “capital informação” como forma de manter sua perenidade. A idéia de “capital informação” é defendida por Vasapollo (2007, p.9) e entendida como “a introdução da comunicação e da informação no mundo da produção, que se converte em mercadoria e valor.”

Kurz (2002, p. 15) também questiona a sociedade do conhecimento (ou sociedade da informação):

Mais espantoso deve parecer que há alguns anos esteja se disseminando o discurso da sociedade do conhecimento que chega com o século 21; como se só agora tivessem descoberto o verdadeiro conhecimento e como se a sociedade até hoje não tivesse sido uma sociedade do conhecimento. Pelo menos os paladinos da nova palavra-chave sugerem algo como um progresso intelectual, um novo significado, uma avaliação mais elevada e uma generalização do conhecimento na sociedade. Sobretudo se alega que a suposta aplicação econômica do conhecimento esteja assumindo uma forma completamente diferente.

O irônico título de seu trabalho (*A ignorância da sociedade do conhecimento*) evidencia sua áspera crítica ao discurso e aos defensores da sociedade do conhecimento.

De todo modo, o conhecimento degradado em informação não se revelou economicamente estimulante na medida em que se havia esperado. A *new economy* da sociedade do conhecimento entrou em colapso tão rápido quanto foi proclamada. Isso também tem sua razão; pois o conhecimento, seja lá na forma que for, diferentemente de bens materiais ou serviços prestados, não é reproduzível em trabalho e, portanto, em criação de valor, como objeto econômico. Uma vez posto no mundo, ele pode ser reproduzido sem custo, na quantia que se deseje. (KURZ, 2002, p. 15).

Partimos da concepção de um conhecimento construído, de um conhecimento que se constrói individualmente, mas tão-somente na relação, na interação. Não há conhecimento no isolamento, ao contrário, ele se constrói na relação com o mundo, com os outros homens. Essa premissa se sustenta nas idéias de Vigotski (1984, 2003) e de Paulo Freire (2005). O primeiro, sócio-interacionista, contribui sobremaneira para as reflexões sobre a mediação da informação a partir de seu conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). E o segundo, na medida em que inviabiliza a construção do conhecimento a partir do isolamento do indivíduo. Com um pensamento marcadamente político, Paulo Freire abre trilhas e caminhos diferentes daqueles que usualmente seguimos nas análises da área de informação.

Outros autores também nos permitem enveredar por esses caminhos pouco trilhados na área. Entre eles, Marilena Chauí (2006a, 2006b), Istvan Meszaros (2006,

2007), Armand Mattelart (2004), Ignácio Ramonet (2003), Emir Sader (2000) e Phillipe Breton (1999).

A informação

Especificamente sobre a informação, nossas reflexões nos direcionaram para a afirmação de um conceito que, de fato, considere o usuário como ser ativo e participativo. Parece-nos que o conceito (ou conceitos) hegemonicamente aceito na área, entende o usuário como ser passivo, mero receptor de uma informação previamente existente e que pouco interfere em seus significados.

A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento. Assim entendida, ela, informação, não existe antecipadamente, mas apenas na relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais. Estes são concretos, mas não podem prescindir dos referenciais, do acervo de experiências e do conhecimento de cada pessoa. Em última instância, quem determina a existência da informação é o usuário, aquele que faz uso dos conteúdos dos suportes informacionais.

Considerada a informação desse modo, é clara a participação ativa e decisiva do usuário no processo. De receptor, passa o usuário a ser um construtor, um co-produtor da informação. A autoria deixa de ser única e passa a ser repartida, distribuída entre todos os que farão uso da informação em potência.

Roger Chartier, em *A ordem dos livros* (1999), afirma que vivemos um momento em que a concepção de autoria passa por uma revisão. Ela deve ser modificada a partir das linguagens específicas e diferenciadas do ciberespaço? Antes, como lembrado por ele, a interferência do leitor dava-se de forma restrita e circunscrita aos espaços permitidos pela estrutura do livro – principal veiculador do conhecimento humano. Hoje, ao contrário, a estrutura da mídia virtual possibilita outros tipos de intervenção do leitor, levando-o, se assim o desejar, a reescrever e a reelaborar o conteúdo disseminado.

Há, também, atualmente, a defesa da co-autoria dos textos escritos. O leitor é entendido como co-autor, uma vez que não se concebe um texto que exista por si só, sem a presença dele, leitor.

De nosso lado, defendemos que a verdade do texto se identifica com a intenção do autor. A intencionalidade do autor deve ser buscada como forma de entendermos o texto. No entanto, a intenção é consciente, mas a exteriorização não se restringe ao que o autor pretende comunicar. Ao contrário, ela, de maneira insubmissa, revela e explicita mais do que o autor pretendia originariamente.

Dentro do exposto, dois pontos nos interessam em especial: a informação e a leitura. A informação, contrariando o conceito aceito majoritariamente na área, está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas.

As certezas, quando certezas, não admitem, não aceitam, não toleram questionamentos. Ou melhor, nem mesmo aventam a possibilidade de serem contrariadas.

A humildade do conhecimento, como defendido por Paulo Freire (2005), é desejável e deve estar presente nas ações do pesquisador. Mais do que isso, ela é condição imprescindível para que haja construção de novos conhecimentos. A humildade lida com certezas, mas momentâneas, passíveis de mudanças. Essas certezas são destruídas pelas informações. Assim, transformam-se em novas certezas, como as outras, também momentâneas.

Se as informações são “registradas, mas não permanentes; são fluidas, evaporantes, translúcidas; impalpáveis, embora concretas; não consumíveis” (ALMEIDA JUNIOR, 2004), dependem do usuário para se concretizar, não existindo antecipadamente. Defendemos que a informação não se apresenta construída, nem é antecipada nem previsível. A informação representa o desconhecido. Sendo assim, é inquieta e, como tal, causa inquietações, conflitos. Apesar de se constituir no indivíduo, é dependente do coletivo. O próprio conhecimento é dependente do coletivo.

Paradoxalmente, na aparência, a informação, sendo fluida, tendo uma vida efêmera e estar voltada para o indivíduo, não é a-histórica e exige sócio-interação.

Em síntese, a pesquisa defende que a informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela, informação. Assim, ela não existe *a priori*. Não existe antes da relação usuário / suporte, o que redundaria em defendermos que o profissional da informação trabalha com uma informação latente, uma quase-informação. Preferimos chamá-la de proto-informação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação.

Sendo concretizada, necessariamente, com a participação do usuário e apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível sua existência; não existindo antecipadamente, e transformando o conhecimento de quem com ela se relaciona (sob pena de não existir caso isso não se realize), entendemos que a informação deva ser mediada e não meramente disseminada ou tampouco transferida. A idéia de transferência da informação, muito empregado pela literatura da área, parece-nos inapropriado. Transferência designa uma troca, uma mudança de algo de um lugar para outro. A informação não é simplesmente transportada, nem mesmo deslocada, mas se imbrica, se integra, se amalgama ao conhecimento, diluindo-se e o transformando. A informação, assim, não mais pode ser identificada isoladamente, mas passa a pertencer ao conhecimento reconstruído, não se constituindo em um elemento desse novo conhecimento, mas, perdendo-se nele, desaparece. Ao invés de transferência, disseminação, disponibilização ou qualquer outro termo empregado para lidar com a recepção da informação, preferimos mediação da informação. A informação está presente – ou se plasma, como bem afirma Mostafa – nos suportes. Não está ela nos profissionais da informação. Estes medeiam, atuam como mediadores, embora interferindo, e de maneira contundente, em todo o processo.

O usuário, por sua vez, não recebe pacotes prontos de informações previamente estruturados e os assimila ou estoca. Se assim fosse, ele seria mero receptor, aos moldes do antigo modelo – e muito contestado – de comunicação. Vale lembrar que o modelo de comunicação dos equipamentos informacionais difere

daquele modelo tradicional, como alertava há tempos José Teixeira Coelho Netto (1997). O usuário, a bem da verdade, se apropria da informação. O conceito de apropriação da informação pressupõe uma interferência, uma ação que transforma o usuário em ser ativo na mediação da informação. Isso ocorre porque, em última instância, a partir de sua relação com o suporte, é ele quem determina a existência ou não da informação.

O conceito de mediação da informação que formulamos tem como base a apropriação e a interferência e esta se dá em vários âmbitos: do usuário, do profissional da informação, do suporte informacional, do produtor da informação, das mídias, dos meios, dos equipamentos informacionais, etc. Esse é um segmento da mediação da informação que nos interessa sobremaneira e sobre o qual nos debruçaremos com mais profundidade.

Outro ponto importante que vale salientar: sendo a informação apropriada e perecendo quando dessa apropriação, transformando o conhecimento, não pode ser ela usada. O usuário faz uso de seu conhecimento, o utiliza por inteiro e não meramente pedaços, peças e / ou segmentos. Não é possível determinar o uso da informação, como se fosse esse o fim do ciclo de vida da informação. A informação deve ser vista apenas com caráter instrumental?

A leitura – aqui entendida como leitura informacional, ou seja, a que está presente quando da apropriação, por parte do usuário, da informação que resultará em alteração, em transformação de seu conhecimento – é vista como imprescindível na apropriação da informação e, portanto, constitui uma das principais atribuições do profissional da informação, independentemente do equipamento informacional em que atua, dos suportes com os quais lida e das inúmeras linguagens que utiliza para disseminar informações.

Considerações finais

Embora ainda não concluída, dentro dos parâmetros e concepções afirmados anteriormente, a pesquisa já possui resultados que exigem divulgações específicas, embora estas já estejam em curso. Alunos bolsistas apresentaram subprojetos específicos em eventos de iniciação científica; pesquisadores-professores elaboraram vários capítulos de livros e trabalhos em eventos, inclusive internacionais, além de proferirem palestras e cursos sobre o tema.

Todos os resultados são passíveis de consideração e melhor reflexão, até porque se trata de característica inerente a qualquer pesquisa desenvolvida. Estamos cientes de que muitos dos conceitos por nós defendidos seguem em direção contrária ao pensamento hegemônico da área, mas entendemos ser esta uma exigência, uma necessidade a que nenhum pesquisador deve se furtar ou deve se negar, sob pena de ser mero produtor do pensamento aparentemente consolidado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Implicações entre formação e objeto da área de informação. In: ENCUENTRO DE DIRECTORES, 7; ENCUENTRO DE DOCENTES DE

ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 6., 30 ago.- 01 set. 2004, Mar del Plata, Argentina. **Anais...** Mar Del Plata: [s. n.], 2004. (CD-ROM).

BRETON, Phillipe. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Loyola, 1999.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. 2. ed. Basília, DF: Unb, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006b.

COELHO NETTO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. **Vigotski e o aprender a aprender**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KURZ, Robert. A ignorância da sociedade do conhecimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2002. Caderno Mais, p. 14-15.

LUNARDELLI, Rosane S. A. Usuários ou clientes de biblioteca? Uma reflexão sob o ponto de vista da lexicologia. **Signum**, Londrina, v.7, n. 2, p. 91-99, dez. 2004.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MESZAROS, Istvan. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOSTAFA, Solange Puntel. Filosofando sobre a área da informação. In: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, 27., 30 maio 1996, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 1996.

RAMONET, Ignácio. O poder midiático. MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.243-252.

SADER, Emir (Org.). **7 pecados do capital**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe**: uma interpretação marxista do mundo globalizado. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Ágora informacional. **Ciencias de la Información**, Habana, v. 29, n. 4, out. / dic. 1998.

_____. **Biblioteca pública**: avaliação de serviço. Londrina: UEL, 2003.

_____. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

_____. Mediação da informação. In: FADEL, Bárbara (Org.). **A informação nas organizações sociais**: desafios em face de multiplicidade de enfoques. Marília: FUNDEPE, 2004. (CD-ROM).

_____. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: ENCUENTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES EN BIBLIOTECOLOGIA, ARCHIVOLOGIA, CIÊNCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DE LA DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE (EDIBCIC), 7., 22-24 nov. 2006, Marília, SP. **Anais...** Marília: UNESP, 2006. (CD-ROM).

_____. Mediación e información. In: GARCIA MARCO, Francisco Javier (Ed.). **Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en el entorno digital**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2007. p. 27-35.

_____. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília – DF: Thesaurus, 2004. p. 70-86.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. O fenômeno informacional na Ciência da Informação: abordagem teórico-conceitual. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: múltiplos discursos. São Luis: EDUFMA, 2002. p. 11-34.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, out. / dez. 1994.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. Meios e modos de apropriação da informação e do conhecimento. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: múltiplos discursos. São Luis: EDUFMA, 2002. p. 109-119.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: múltiplos discursos. São Luis: EDUFMA, 2002.

CHARTIER, Roger. A mediação editorial. In: _____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002. p. 61-76.

CUNHA, Miriam Vieira da; SOUZA, Francisco das Chagas de. **Comunicação, gestão e profissão**: abordagens para o estudo da Ciência da Informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIZARD JUNIOR, Wilson. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **O mito do progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

OLIVEIRA, Marlene de (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

O PODER das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo. Fato, ideologia, utopia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 mar. 2002. Caderno Mais.

RUDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura**. Porto Alegre: Sulinas, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição**. São Paulo: UNESP, 2006.